

Notas para a Conferência de Primavera PME

Emídio Ferreira Gomes
Pró-Reitor da Universidade do Porto
Presidente da Portus Park

Portugal está hoje colocado perante um novo paradigma de competitividade, que terá que assentar na capacidade de conceptualizar, analisar e perspectivar o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou negócios em vez de um modelo baseado na competição pelo preço baixo ou pela encomenda de terceiros.

Esta alteração de paradigma obriga a uma maior capacidade académica, científica e tecnológica dos recursos humanos do país, das empresas e à necessidade de criar uma maior competitividade dos nossos sistemas de ensino, formação profissional e educação ao longo da vida. Ao contrário do que acontece noutros países da União Europeia, em Portugal a percentagem de alunos no ensino profissional ou vocacional é da ordem dos 30% enquanto no ensino geral temos os restantes 70%. Por exemplo, na Alemanha a percentagem de alunos no ensino é precisamente a simétrica à que existe em Portugal. É também notória a falta de motivação dos jovens relativamente à escola, que se traduzem em abandono e insucesso escolar, assim como elevadas taxas de saída precoce do sistema de ensino.

Durante a última década, Portugal tem sido confrontado com um conjunto de desafios decorrentes do inevitável crescimento da importância da Economia Digital e do alargamento do espaço económico da União Europeia, que originou a integração de vários países do Leste Europeu. Torna-se, por isso, absolutamente necessário recuperar e desenvolver a capacidade estratégica dos portugueses o que só é possível, criando grupos de pessoas que se entendam e complementem durante períodos de tempo consideráveis. Estes dois factores são de tal forma críticos que, numa sociedade baseada no conhecimento, serão determinantes para a produtividade e a competitividade do país no futuro.

A Economia Digital é caracterizada pelo curto ciclo de vida dos produtos e serviços, o que conduz a uma maior necessidade e capacidade de conceptualização, de análise e perspectivação da evolução dos negócios; de análise do impacto das tecnologias avançadas de informação na redefinição da cadeia de valor e da cadeia de operações dos negócios e de perspectivar novos modelos de negócios conduzindo a novos produtos e serviços centrados nas necessidades dos clientes.

Nesta perspectiva, o alargamento torna-se num desafio de grande importância pois a competitividade de países como a República Checa, Polónia, Hungria, Eslovénia, entre

outros, coloca a necessidade de mudar o paradigma da estratégia de competir através do preço para adoptar uma estratégia de diferenciação e de capacidade de desenvolvimento de novos produtos e serviços em parceria e em cooperação; até mesmo em “co-opetion” com os parceiros numa concorrência cada vez mais global e também cada vez mais local.

Em áreas mais tradicionais, a existência de sectores de vital importância como o da madeira e móveis, ou o dos componentes automóveis, a percentagem de bacharéis e licenciados é de dez por cento dos trabalhadores no sector. Esta situação precisa de ser invertida reforçando estas empresas com profissionais capazes de colaborar na concepção e no desenvolvimento de novos processos e serviços com os seus clientes, pelo que sem uma perspectiva integrada da melhoria do sistema de ensino, ciência e da formação profissional. Estas questões vão ter de ser objecto de grande reflexão no modelo de competitividade com os países de leste para que se desenvolva uma consciência clara sobre formas de ultrapassar aquelas situações.

Por outro lado, é absolutamente necessário promover o aparecimento de uma nova classe empresarial, assente num profundo conhecimento académico, científico, tecnológico e da história do país, virada para negócios de base tecnológica e com uma crescente componente de informação e conhecimento.

A Relação Universidade e Centros de Investigação com o tecido produtivo é um dos estrangulamentos principais ao desenvolvimento da inovação em Portugal. Com a consciência plena dos principais estrangulamentos para que a inovação passe ser interiorizada como uma rotina da actividade produtiva, é essencial levar à prática um modelo de apoio integrado que possa responder de forma positiva a esse desígnio.

Face aos desafios impostos pela acentuada internacionalização dos mercados de factores e de bens, a competitividade dos países e das regiões passa, em grande parte, pela capacidade das firmas, mas também dos governos nacionais e locais, de definirem estratégias activas de internacionalização (***think global, act local***). As intervenções ao nível da provisão de bens e serviços públicos, bem como as acções coordenadas entre empresas e instituições no domínio daquilo que designámos por eficiência empresarial colectiva, constituem os domínios centrais para o sucesso dessas estratégias e, em consequência, para a promoção da competitividade.